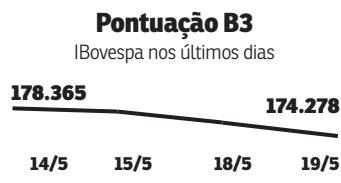
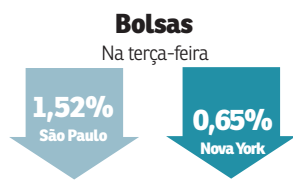




7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 20 de maio de 2026



Na terça-feira

R\$ 5,040
(+0,84%)

Dólar

	Últimos
13/maio	5,008
14/maio	4,986
15/maio	5,067
18/maio	4,998

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na terça-feira

R\$ 5,851

CDI
Ao ano

14,40%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

14,36%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

CASO MASTER

“BC não tem que reagir a pressão”

Presidente da autoridade monetária sobe o tom ao ser questionado sobre o processo de liquidação do banco de Daniel Vorcaro

» ALÍCIA BERNARDES
» VINÍCIUS DORIA
» EDLA LULA

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Gabriel Galípulo, do BC e Renan Calheiros, presidente da CAE, discutiram em audiência pública sobre a crise provocada pelo Master

Conhecido pelo perfil tranquilo e sóbrio, mesmo sob pressão, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípulo, subiu o tom, ontem, em discussão com o aliado do governo, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL). O senador afirmou que o chefe da autoridade monetária teria defendido a operação de venda do Banco Master ao BRB e teria intercedido para que o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) socorresse o banco de Daniel Vorcaro.

Renan perguntou a Galípulo por que o BC enviou, em 18 de abril de 2025, uma correspondência ao FGC reconhecendo “a presença de situação especial que autorizava a adoção de medidas que visassem a assegurar a normalidade da economia pública e a resguardar os interesses dos depositantes, investidores e demais credores” do Master, “com menor custo para a sociedade e para o próprio FGC, em comparação com os efeitos da liquidação extrajudicial”.

Segundo relatório do BC ao Tribunal de Contas da União, ao qual o **Correio** teve acesso, a “situação especial” foi confirmada por oficiais de duas diretorias da autoridade monetária — de Fiscalização (Difis) e de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (Diorf). Três dias antes, em 15 de abril, o Master havia entrado com pedido de “assistência financeira de liquidez” ao FGC no montante de R\$ 11 bilhões para “honrar passivos de curto prazo”. Em 19 de abril, em outro ofício, o BC “ponderou a relevância de estratégia coordenada” com o FGC para “mitigar o risco de contágio sistêmico a instituições de perfil semelhante” ao Master.

Ao interpellar o presidente do BC, Calheiros cobrou uma explicação sobre essa posição da autoridade em relação à proposta do Master de buscar socorro de R\$ 11 bilhões no caixa do FGC. Galípulo negou categoricamente que a autoridade monetária tenha intercedido junto ao fundo para ajudar o Master a sair da crise, ignorando as correspondências citadas no relatório do próprio BC.

“A informação está errada. Não há nenhuma carta com valor de R\$ 11 bilhões, o Banco Central jamais tentou viabilizar a venda (do Master). O BC está respondendo, agora, a TCU, a uma acusação por não ter autorizado (a operação de venda).

O que houve, por parte do Banco Central, foi uma resistência técnica para olhar e analisar o projeto e entender que não era viável aquela compra”, disse Galípulo, na CAE.

O clima de tensão aumentou quando Renan criticou a ausência de uma reação pública mais incisiva do Banco Central diante de propostas apresentadas por integrantes do Centrão que dariam poder ao Legislativo para destituir o presidente e diretores do Banco Central. Galípulo respondeu afirmando que a autoridade monetária não deve atuar como agente político. “O Banco Central não tem que pegar a televisão, gravar um Instagram, um TikTok fazendo isso. O

Banco Central não é palanque. O Banco Central toma a decisão correta, independente de quem está jogando pedra e fazendo barulho”, declarou durante a sessão.

Cobrado, mais uma vez, por Renan por não ter reagido à pressão do Centrão, Galípulo rebateu de forma categórica que este não é o papel da autoridade monetária. “O Banco Central não tem que reagir a pressão. A minha posição é não reagir a pressão”, frisou Galípulo, queixando-se de que os senadores não permitiam que ele formulasse seu pensamento para responder.

Sobre apoio à venda do Master ao BRB, Galípulo negou, alegando que a autarquia não comenta

operações envolvendo instituições específicas. “O Banco Central jamais diria que a operação é correta, porque o Banco Central não comenta sobre instituição particular”, afirmou. Em seguida, sustentou que a decisão de barrar a venda ao BRB foi do BC e que foi adequada.

Pix

Durante mais de três horas da audiência pública, Galípulo respondeu sobre outros temas, como investigações sobre o Pix pelos Estados Unidos. Ele afirmou que o Pix fortaleceu a inclusão financeira no país, negou que a ferramenta concorresse com cartões de crédito

avaliou que a economia brasileira segue aquecida, mesmo com a taxa básica de juros em nível restritivo.

Ao defender a autonomia da instituição, Galípulo afirmou temer que o Banco Central seja “asfixiado” justamente por evitar participar do “jogo político”. Segundo ele, o risco é que futuras gestões cedam a pressões externas. “O meu receio é que o fato de o Banco Central não negociar o seu mandato o faça ser asfixiado, porque não entra em jogo político”, disse. O presidente do BC também voltou a apoiar a Proposta de Emenda à Constituição que amplia a autonomia administrativa, financeira e orçamentária da instituição, atualmente em discussão no Senado.

Na audiência, Galípulo ainda comentou o cenário econômico brasileiro e afirmou que a combinação de desemprego baixo, aumento da renda e atividade aquecida continua pressionando a inflação. Segundo ele, mesmo com a taxa Selic em patamar elevado, a economia segue demonstrando resiliência. “As taxas de juros estão num nível bastante restritivo comparando com outros países, mas a gente assiste a uma economia que vem demonstrando resiliência, desemprego baixo, renda crescendo e indicadores bastante pressionados, apesar dos juros elevados”, afirmou.

O presidente do Banco Central explicou que o principal instrumento da autoridade monetária para controlar a inflação é justamente a política de juros. De acordo com ele, quando a demanda cresce acima da capacidade de oferta da economia, o BC é levado a endurecer a política monetária para tentar trazer a inflação de volta à meta. Ele também lembrou as medidas adotadas durante a pandemia de covid-19, quando bancos centrais ao redor do mundo foram obrigados a reduzir fortemente as taxas de juros.

COMÉRCIO

Escala 6x1 e blusinhas preocupam empresário

» VANILSON OLIVEIRA*

Florianópolis - O avanço de mudanças na escala de trabalho 6x1 e à flexibilização da chamada “taxa das blusinhas” aplicada sobre compras internacionais de até US\$ 50 preocupam empresários do setor de comércio e serviços. O assunto é tema de debate da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e da Associação Empresarial de Florianópolis (Acif), que apontam o risco de aumento de custos, perda de competitividade e impactos indiretos ao consumidor.

Representando 2,3 mil associações comerciais em todo o país, o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto, afirmou ao **Correio** que o debate sobre a jornada de trabalho precisa considerar a realidade econômica dos diferentes setores produtivos e não deve ser conduzido sob influência do calendário eleitoral. “Primeiramente,

ninguém discute a validade de um debate. O que não se deve permitir é discutir esse tema em um ano eleitoral, pois o trabalho não é um tema meramente político. Ele é essencial para a formação da renda das pessoas. O trabalho deve ser debatido de outra forma. No fundo, o trabalho não é um castigo, mas uma virtude, trabalhar é fundamental”, declarou.

Segundo Cotait Neto, uma eventual mudança na escala 6x1 exigiria atenção às particularidades de segmentos que dependem de funcionamento contínuo, especialmente comércio, serviços e alimentação. Ele também criticou que o tema tenha entrada em pauta em ano eleitoral e que, sendo feito às pressas, poderá atingir diretamente o empreendedor. “Não cabe discutir a escala 6x1 neste momento por ser um ano eleitoral. O empreendedor, o dono de restaurante ou o lojista não podem arcar com o custo de diminuir as horas de trabalho

Divulgação



Neto lamentou que o debate sobre jornada ocorra em ano eleitoral

mantendo o mesmo valor de salário, isso não cabe no custo”, disse.

O presidente da Associação Empresarial de Florianópolis (Acif), Célio Antônio Bernardi Junior, afirmou que a entidade acompanha o debate com atenção, especialmente pelos impactos potenciais sobre os mais de 5,5 mil associados. Ele questiona a falta de um debate mais aprofundado sobre os

efeitos econômicos. “Isso impactará economicamente toda a cadeia: se uma empresa possui uma escala de trabalho estabelecida e ela é alterada, será necessário contratar mais pessoas. Isso aumentará o custo, reduzirá a margem de lucro ou deverá ser repassado ao consumidor final. Resta saber se o consumidor e o empresário conseguirão absorver esse custo”, declarou.

Diálogo

Ontem, na cerimônia de abertura do Encontro Internacional da Indústria de Construção (Enic), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que nenhuma mudança será imposta “na marra”. Depois de receber uma pauta de reivindicações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), ele falou que a mudança será feita de forma colaborativa, com o governo federal aberto ao diálogo e atento às demandas específicas de cada setor econômico. “Não se escondam de fazer qualquer proposta para nós. A construção civil é imprescindível para o futuro deste país. Em qualquer momento histórico, ela é quem gera emprego com mais facilidade. É ela quem pode fazer as coisas acontecerem”, disse o presidente.

Em seu discurso, o presidente justificou a medida dizendo que o mundo do trabalho deve acompanhar as transformações da sociedade. “Não fiquem assustados. (O fim da) escala 6x1 é uma coisa necessária, porque hoje o povo quer mais tempo para ficar em casa, para fazer, para estudar, para namorar. É normal que a sociedade tenha avançado muito, com os avanços

tecnológicos”, comentou ele.

Outra preocupação do empresário envolve Medida Provisória (MP) que acaba com a cobrança de 20% do Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecido com a “taxa das blusinhas”. Dados apresentados pela CACB apontam que o comércio varejista de vestuário e acessórios é um dos segmentos mais expostos à concorrência internacional, sendo também o maior setor de micro e pequenas empresas do país. A entidade informou que há 23,9 milhões de pequenos negócios com CNPJ ativo no Brasil e afirma que o faturamento das micro e pequenas empresas de moda recuou 15,9% em março de 2026, um dos piores desempenhos do período.

Para Cotait Neto, o problema central continua sendo a ausência de isonomia tributária entre o varejo nacional e os importados. “Mais uma vez, é o varejo brasileiro que paga a conta. Eu sou a favor da isonomia. Já que reduziram o imposto sobre as importações de até U\$ 50, deveriam dar ao produtor brasileiro a mesma isenção para produtos de até R\$ 250.”

*O repórter viajou a convite da CACB